



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Souza, Ricardo Luiz de

Oliveira Viana, democrata?

Sociedade e Cultura, vol. 4, núm. 2, julio-diciembre, 2001, pp. 95-126

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70311216005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



OLIVEIRA VIANA, DEMOCRATA?

Ricardo Luiz de Souza*

Resumo

O texto toma como objeto de estudo o pensamento político, histórico e sociológico de Oliveira Viana, a partir da leitura de seus principais textos. Parte do pressuposto colocado pelo próprio autor – que se considera um democrata – para demonstrar como a ideologia autoritária é fundamentada, em suas doras, pela análise do processo de formação nacional e como os conceitos de identidade e raça desempenham papel central em seu pensamento, inclusive na construção de tal ideologia.

Palavras-chave: Raça; Ideologia; Identidade Nacional.

Tomarei como ponto de partida para a análise da obra de Oliveira Viana o próprio autor, ou seja, a forma como Viana se define politicamente para, a partir da análise a ser efetuada, verificar a validade dessa auto-definição. Viana recusa o rótulo de autoritário, não aceita que o conceitue como tal: “concordo que me qualifiquem de antifederalista e de antiparlamentarista – e aceito com honra e mesmo orgulho o qualificativo. Não, porém, de antiliberal, nem de antidemocrático. Não sou uma coisa, nem outra. Sou justamente o oposto disto” (VIANA, 1947, p. 19). E ele sintetiza o regime político que defende: “organização sólida e estável da liberdade, principalmente da liberdade civil, por meio de uma organização sólida e estável da autoridade, principalmente da autoridade do poder central” (VIANA, 1947, p. 39).

Viana baseia sua defesa de um regime forte em dois pressupostos sobre a sociedade brasileira: a preponderância do personalismo sobre os

* Mestre em Sociologia e doutorando em História pela UFMG. Professor da Fapam, Fafima e Fundação Educacional Monsenhor Messias.



interesse sociais e o caráter informe e vago de nossa consciência social. O agente político, no Brasil, é tido por ele como naturalmente incapaz de sobrepor o interesse nacional ao interesse pessoal; este sempre prevalece. É assim que o autor descreve seu comportamento:

todas as vezes que um deles se ergue, aprumando-se, resoluto, dentro da consciência do seu dever patriótico, para logo, do fundo da sua subconsciência moral, lá vem, lá surge, lá sobe, capcioso, insinuante, o terrível pendor amiguelo – e entra a desaprumar a verticalidade daquela atitude cívica. (VIANA, 1947, p. 135)

O interesse coletivo necessita de uma consciência coletiva para manifestar-se de forma preponderante sobre os interesses individuais, e, onde essa consciência é fraca, torna-se necessário um regime forte para impô-la, ou, nas palavras do autor: “nessa fraqueza do nosso sentimento coletivo é que deve basear-se toda a análise do problema dos governos fortes e dos governos fracos” (VIANA, 1942, p. 120).

Torna-se imprescindível, nesse contexto, o surgimento de um poder autoritário capaz de impor os interesses nacionais onde eles seriam, em um regime liberal, suplantados por interesses pessoais. E torna-se imprescindível, também, a criação de um poder pessoal que condense e simbolize o poder central a ser criado. Fazer o contrário seria ir contra o que ele chama de realidade subjetiva e, em nosso processo político,

Esta desconformidade ou desarmonia entre a realidade subjetiva, criada pela tradição (elementos imanentes), e a realidade externa, criada pelo novo sistema de normas (elementos transcendentais) é que explica o fracasso das reformas políticas, dos novos tipos de regimes, das novas Constituições, quando aberrantes dos costumes ou da tradição do povo. (VIANA, 1987, vol. I, p. 63)

Os gaúchos são, para Viana, uma exceção em relação à citada fraqueza do sentimento coletivo que nos caracteriza. Moldados pela necessidade de uma disciplina militar apta a resistir às ameaças externas que os cercam, eles criaram valores sociais capazes de sobrepor-se aos valores familiares e conseguiram enxergar na autoridade política não uma vontade alheia a seus interesses, mas um órgão de consolidação e realização deles. E Viana conclui:



Entre a autoridade e o povo se consolida então uma união íntima e profunda, acabando um e outro por se fundirem numa só massa organizada, viva e consciente, com o senso do perigo comum, do interesse comum, do destino comum. Daí, na consciência dos gaúchos, ser a noção dos interesses comuns e da solidariedade social um conceito vivaz, enérgico, carregando na sua composição grande número de elementos sensoriais e efetivos. Igualmente, a noção do valor público, da autoridade pública, do governo político... O povo o aceita, o povo o obedece, o povo o reclama; por toda parte sente a sua ação, o seu valor, a sua providência: vigiando, prevenindo, fortificando, resguardando, defendendo (VIANA, 1973, vol. I, p. 246).

Neste trecho de fundamental importância, Viana descreve como seria uma relação ideal entre povo e autoridade, ambos agindo em consonância a partir de valores comuns e – ao ressaltar a especificidade dessa relação, salientando a peculiaridade da identidade gaúcha – o autor faz a crítica da identidade nacional, em tudo oposta à descrição feita acima.

Para tornarmos mais clara essa diferença, vejamos como Viana descreve o processo de formação política em nível nacional. Segundo ele:

Essa organização administrativa e política, que assim se constitui, não é, então, como a da sociedade americana, “uma criação consciente dos indivíduos”. Não emana da própria sociedade. Dela não surge como uma transformação do seu todo no tempo e no espaço. É uma espécie de carapaça disforme, vinda de fora, importada. (VIANA, 1973, vol. I, p. 255)

O contraste é evidente e deve ser tomado como ponto de partida. Segundo Hegel:

Para formar um Estado, não basta que um número maior ou menor de indivíduos esteja reunido por um elo social ou faça parte de uma organização patriarcal. No verdadeiro Estado, as leis, os costumes, os direitos, na medida em que constituem determinações gerais da liberdade, só valem pela sua generalidade e abstração, pela sua independência de todo o acidental das boas vontades e das particularidades individuais. (HEGEL, 1980, p. 228)



O Estado, para Hegel, deve agir de forma autônoma em relação à sociedade para melhor representá-la. Viana é, neste sentido, estritamente hegeliano e o Estado, para ele, não apenas deve agir autonomamente como, entre nós, deve ser um demiurgo a criar uma consciência nacional que a sociedade, por si só, não é capaz de realizar. Para ele,

esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional. (VIANA, 1973, vol. I, p. 259)

Caberá, em síntese, ao Estado,

dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar [...] o milagre de dar a essa nacionalidade [...] os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei [...] a consolidação da nacionalidade e a organização de sua ordem legal. (VIANA, 1973, vol. I, p. 287)

Comparemos ainda o retrato ideal que ele traça da sociedade gaúcha com a descrição do poder político no Norte e Centro-Sul:

No norte, é traço cultural a insolidariedade dos grupos partidários. Todos estes grupos são efêmeros e instáveis [...]. Certo, entre a população do centro-sul também não é diferente o que se passa. Também entre elas a cooperação política é efêmera. (VIANA, 1973, vol. II, p. 143)

Não havendo, como não há, segundo ele, espírito público e organização de classes, não há como instaurar-se um regime democrático. Para Viana:

Realmente, espírito público nunca existiu no Brasil. Entre nós, a vida política foi sempre preocupação e obra de uma minoria diminuta, de volume pequeníssimo em relação à massa da população [...]. Organização de classes também não existia, como ainda não existe, capaz de dar ao processo eleitoral uma significação realmente democrática, à maneira britânica ou norte-americana. (VIANA, 1990, p. 35)



Temos, entre essas maneiras, uma diferença básica: “O regime democrático, inclusive o hábito de recorrer aos comícios, representa, nestes povos europeus, uma tradição imemorial [...] Constituem um ‘complexo psicológico’ ou um ‘complexo de democracia direta’” (VIANA, 1987, vol. I, p. 81-83). E, entre nós, foi exatamente o contrário o que ocorreu:

Em suma, nos grandes domínios da Colônia e do Império, debalde procuramos qualquer instituição pública – qualquer sistema econômico, ou religioso, ou administrativo, ou jurídico, ou político – que importasse na iniciação ou preparação do nosso povo-massa para a vida democrática, isto é, para a sua direta intervenção nas gestões da coisa pública local; menos ainda – da coisa pública provincial; muito menos ainda – da coisa pública nacional. (VIANA, 1987, vol. I, p. 264)

Sua análise da história política do país parte desse pressuposto. A adoção de um regime político centralizado, no Brasil, sempre dependeu de um poder pessoal que o consolidasse e, durante o Império, foi a figura do rei que permitiu a centralização (VIANA, 1973, vol. I, p. 219). É importante lembrar, nesse contexto, que o poder local, historicamente, não derivou de fontes pessoais. Por outro lado, o predomínio do poder moderador derivou da inexistência de uma organização social capaz de sustentar um regime parlamentar efetivo. Para ele,

governo parlamentar é essencialmente um governo de opinião, isto é, um governo cuja instituição num dado povo pressupõe a existência de uma opinião pública organizada. Ora, esta opinião pública organizada, capaz de governo, nunca existiu, nem hoje, nem outrora. (VIANA, 1990, p. 31)

Temos, aqui, uma demonstração da necessidade do autoritarismo, tido como sucessor natural do poder moderador, já que as condições que conferiram a este seu caráter inexorável permanecem. A defesa do autoritarismo feita pelo autor deriva da especificidade social brasileira e esta funda-se no processo histórico nacional. Odália chama de fundante a leitura que Viana faz de nossa história, “pois o que sobressai é uma busca incessante dos fatores determinantes do nosso modo peculiar de



ser, nossas maneiras particulares de sermos outros como ele diz" (ODÁLIA, 1996, p. 131).

A obra do autor evolui para a defesa clara do autoritarismo, contudo, somente a partir de 1930. Escrevendo durante a República Velha, Viana lamenta ser a política de seu tempo "uma atividade meramente partidária, exercida e consumida estritamente dentro do pequeno círculo do seu grupo, do seu clã, da sua facção, do seu diretório local" (VIANA, 1942, p. 92). Publicado, por exemplo, em 1925, O ocaso do Império reflete, assim como Pequenos estudos de psicologia social, a permanente descrença do autor diante do regime então vigente, mas Viana reconhece não saber ainda apontar caminhos. É uma obra nitidamente de transição. Lemos, por exemplo:

O presente regime não deu satisfação às nossas aspirações democráticas e liberais, nenhuma delas conseguiu ter realidade dentro da organização política vigente. Estamos todos descrentes dela; todos sentimos que precisamos sair dela para outra coisa, para uma nova forma de governo, entretanto ninguém pode dizer ao certo qual deva ser. Não há nenhuma aspiração definitivamente cristalizada na consciência das massas. Nenhum nódulo novo de crença se formou ainda no espírito das nossas elites em torno de um princípio qualquer. (VIANA, 1990, p. 89-90)

O que temos aqui é um pensador liberal insatisfeito com um regime político incapaz de concretizar suas aspirações.

Há, no debate sobre a obra de Viana, um consenso quanto ao fundamento autoritário de seu pensamento, mas a forma como essa perspectiva autoritária se manifesta é controversa. Rodrigues, por exemplo, limita-se a sublinhar o autoritarismo do autor:

O poderoso regime da centralização e compressão policial é o regime ideal do ultra-reacionário Oliveira Viana, que considera a descentralização como a agitação e que revela todo seu antiliberalismo ao combater os que queriam imitar o self-government americano. (RODRIGUES, 1976, vol. 2. tomo 2, p. 35)

Temos, aqui, uma análise que não consegue captar as nuances do pensamento de Viana, já que mesmo seu autoritarismo em momento



algum limita-se a fazer a defesa de um regime forte e centralizado e a centralização proposta por ele não é um simples instrumento de compressão policial, como propõe Rodrigues. Ela surge, segundo Diniz, como instrumento de realização de interesses coletivos incapazes de impor-se em meio à descentralização política, mas devendo funcionar de forma paralela à descentralização administrativa, de forma a respeitar a diversidade cultural do país (DINIZ, 1981, p. 80).

Viana postula, assim como Gilberto Freyre, a existência de identidades regionais, mas Freyre vê na manutenção de tais identidades um pressuposto para a construção de uma identidade nacional ao mesmo tempo orgânica e diversificada, assumindo uma enfática defesa do regionalismo. Preocupado com a questão estatal, Viana parte de perspectiva oposta: é a própria existência dessas identidades a sobreporem-se a uma identidade nacional em processo de construção por parte do Estado que constitui obstáculo a esse processo. A descentralização política corrobora a manutenção dessas identidades e fortalece tal obstáculo, enquanto o centralismo autoritário é visto pelo autor como o único instrumento político capaz de dar organicidade a uma sociedade cindida em regiões com identidades e características divergentes. Por outro lado, a centralização administrativa seria incapaz de lidar, de forma adequada, com as demandas específicas a cada região, dada a própria diversidade delas. Temos, então, uma perspectiva autoritária e centralizadora atenta, ao mesmo tempo, à diversidade regional e cultural.

Ianni filia diretamente o pensamento de Viana ao pensamento conservador europeu e brasileiro. Para ele, Viana

privilegia a organização e a atividade do Estado, conferindo-lhe um papel preeminente, "civilizador". Baseia-se no suposto de que a sociedade civil é débil, incapaz; que o povo não está culturalmente preparado para exercer um papel ativo nos negócios públicos. (IANNI, 1994, p. 41)

Cabe ao Estado cumprir tarefas que seriam próprias da sociedade civil, mas que esta, por desorganizada e amorfa, é incapaz de executar. Trata-se de fazer cumprir um projeto nacional em nome de uma sociedade que tende a se orientar e se organizar a partir de interesses locais. O principal obstáculo para Viana, como lembra Schwartzman,



é a grande discrepância entre um modelo de organização política que pressupõe altos níveis de agregação de interesses e uma população preocupada com temas nacionais, por uma parte, e uma cultura política em que os horizontes dificilmente ultrapassavam o nível local e os interesses mais imediatos. (SCHWARTZMAN, 1975, p. 15)

Viana situa a origem da identidade nacional no meio rural e, entre as populações desse meio, os programas pouco valem: “Os nossos homens de interior costumam apoiar homens – e não programas; pessoas – e não idéias” (VIANA, 1947, p. 150). A origem rural dessa identidade torna-se, dessa forma, um empecilho para a democracia não meramente por ser rural, mas pela formação dessa sociedade rural. No Brasil, faltou “a aldeia agrária, que, na Europa, foi a gêmula e a escola da vida municipal e do espírito democrático” (VIANA, 1987, vol. I, p. 131), surgindo, em seu lugar, o clã rural, definido pelo autor como “a única forma da solidariedade do povo-massa dos campos que a nossa nobreza territorial conseguiu organizar” (VIANA, 1987, vol. I, p. 181). E o personalismo político deriva, ainda, do personalismo social, já que “no Brasil, só o indivíduo vale, sem precisar da sociedade – da comunidade” (VIANA, 1987, vol. I, p. 110).

A construção da democracia é, para ele, uma obra necessária, mas deverá ser feita a longo prazo: a democracia é inviável em um país onde predominam “massas rurais, incultas, dispersas, e o que é pior, desamparadas quase inteiramente de garantias legais” (VIANA, 1947, p. 161). Na democracia corporativa por ele idealizada, uma série do que ele considera preconceitos da democracia liberal deverão ser liquidados e

destes preconceitos o mais grave, o mais absurdo, o mais anacrônico é a crença na competência onisciente dos Parlamentos, na sabedoria infusa dos homens que, em virtude do mecanismo de nosso sistema representativo, acontecem chegar ao poder. (VIANA, 1947, p. 215)

A criação de um regime político adequado à realidade brasileira deve sobrepor-se a uma característica básica da identidade nacional que é o pendor para a imitação, principalmente em termos políticos. Isto porque

todas as utopias, as mais vagas, as mais abstratas, as mais estranhas, encontram asilo fácil, hospedagem em nossa imaginação. Os nossos



idealismos políticos, sociais ou artísticos, nós os temos formado quase sem nenhum contato com as realidades do nosso meio. (VIANA, 1939, p. 311)

É esse processo que Viana busca inverter, fundamentando a organização política brasileira não mais sobre “paradigmas forasteiros e sim sobre os fatores étnicos, sociais, econômicos, geográficos, etc., que concorrem para a formação do nosso povo, dando-lhe a estrutura e a mentalidade atuais” (VIANA, 1939, p. 7-8).

Com isto, porém, Viana, e com ele todo o pensamento autoritário, enreda-se em contradições: o autoritarismo é definido por autores como ele, Azevedo Amaral e Plínio Salgado como o regime político mais adequado à realidade nacional, mas as elites que devem implementá-lo – visto que o povo não tem maturidade suficiente para participar de forma autônoma e construtiva do processo político – são criticadas por eles justamente pela tendência ao liberalismo, ou seja, a tendência à importação de instituições políticas idealizadas que são, aqui, sinônimo de liberalismo. O autoritarismo deve, portanto, ser imposto à população por elites que tendem ao liberalismo. Viana é um crítico contumaz das elites, que, segundo ele, devem deter o predomínio político.

Quem são nossas elites, para ele? No período colonial, Viana identifica-as com os senhores de engenho:

na região dos canaviais, portanto, é que se encontram, no período colonial, os tipos mais representativos das grandes qualidades da raça: é aí que estão os homens de mais capacidade, de mais prestígio, mais bem dotados para a vida pública. (VIANA, 1938, p. 82)

Ao mesmo tempo, os paulistas são os guerreiros por excelência, e os senhores de engenho recorrem a eles quando se trata de expandir a colonização (VIANA, 1938, p. 97).

Os pressupostos de Viana são inegavelmente elitistas: são as elites que devem conduzir o processo político no Brasil, mas o regime político por ele idealizado aproxima-se do que ele entende por liberalismo anglo-saxônico, ou seja, um regime no qual uma população capaz de autonomia política e imbuída dos verdadeiros interesses nacionais governe de fato. As elites não têm, portanto, nenhum direito natural ao poder; a elas cabe



o poder, mas não porque deva ser assim, e sim porque falta ao povo capacidade política. Ele não é elitista por convicção e sim por necessidade, e chega a lamentar o alheamento político do povo e o predomínio das elites ao afirmar:

é esta infelizmente a verdade. No nosso país, o traço mais característico da sua vida pública é que a obra legislativa e administrativa é feita exclusivamente pela pequena elite que está no poder, isto é, a classe política. (VIANA, 1947, p. 194)

A solução para o distanciamento entre governo e povo passa pelo abandono das formas usuais de representação, encarnadas, segundo ele, na democracia representativa, que antes perpetua do que elimina esse distanciamento. Viana conclui, então, pela necessidade de adoção das novas formas de representação postas em prática pela Europa contemporânea “cuja rápida generalização é a prova do quanto ela, presente-mente, está distante, em relação à concepção da democracia, da velha noção meramente eleitoral até há bem pouco dominante” (VIANA, 1947, p. 200).

E assim como ele constata a imaturidade política popular, critica a atuação política das elites: estas têm uma atuação apenas regional; falta, ao Brasil, uma elite capaz de atuar em nível nacional e representar os interesses de toda a nação. Muitos Estados sequer dispõem de uma elite estadual, o que tornou mais nocivas as consequências do federalismo que implantou-se no país, já que unidades políticas ganharam autonomia sem que dispusessem de uma elite governante (VIANA, 1947, p. 115). Com isto, o poder político dispersou-se entre coronéis que são oriundos, em última análise, do próprio federalismo. Para ele, “o federalismo gera o satrapismo. O satrapismo gera o coronelismo. O coronelismo gera o banditismo” (VIANA, 1947, p. 243).

Nesse contexto, ao destruir o federalismo, a Revolução de 30 restabeleceu a hierarquia política invertida até então, já que “eram os Estados, através dos seus representantes na Câmara, que mandavam; era a autoridade da União que devia curvar-se e obedecer” (VIANA, 1939, p. 150). Com isto, adota-se a hierarquia política correta, já que “é o Presidente da República o único que exprime e pode exprimir autorizadamente o pensamento da Nação, o único que pode agir em seu nome, em nome da totalidade nacional, que o elegeu” (VIANA, 1939, p. 154).



O tema básico de Populações meridionais do Brasil é o processo de formação das elites nacionais, e tal formação deu-se em meio a grande requinte. Assim ele as descreve: “Dir-se-ia um recanto de corte européia transplantada para o meio da selvageria americana. Tamanhas as galas e louçanias da sociedade, o seu maravilhoso luxo, o seu fausto espantoso, as graças e os requintes do bom tom e da elegância” (VIANA, 1973, vol. I, p. 29). Foi, mesmo, uma nobreza superior à da própria metrópole (VIANA, 1973, vol. I, p. 32).

Formou-se, durante a Colônia e o Império, uma sólida elite de proprietários rurais: “é essa massa de grandes proprietários rurais que forma a única classe realmente superior do país, aquela em que se concentra a maior soma de autoridade social” (VIANA, 1973, vol. I, p. 46). “Nossa elite foi uma elite essencialmente rural, hostil e alheia à vida urbana, dela se afastando e buscando refúgio no meio rural” (VIANA, 1973, vol. I, p. 37): ali, ela moldou nossa identidade. Nas palavras do autor:

Essa poderosa aristocracia rural, que, depois da Independência, senhora o governo do país, traz do recesso das fazendas, onde obscura e lentamente se elabora, uma mentalidade própria, em cuja formação não é difícil descobrir e extremar as reações sutis do ambiente rural operando sobre a mentalidade da raça superior originária. (VIANA, 1973, vol. I, p. 51)

Se as elites surgem como depositárias e criadoras da identidade nacional, entre o que ele chama de camadas plebéias, “pela profusa mistura de sangue bárbaros, opera-se uma desorganização sensível na moralidade dos seus elementos componentes” (VIANA, 1973, p. vol. I, p. 52). A análise do autor opera, como se vê, a partir de uma rígida dualidade e, nela, uma sociedade dispersa e desorganizada gira em torno de um centro gravitacional formado por uma camada de proprietários. Essa dualidade é de origem não apenas social: é genética. Para ele, “geneticamente, a nossa plebe rural e a nossa aristocracia rural representam duas civilizações e duas ‘culturas’” (VIANA, 1958, p. 187).

Segundo ele, “o domínio rural é o centro de gravitação do mundo colonial. Na disseminação geral da população, lembra um pequeno núcleo solar com as suas leis e a sua autonomia organizada. Dele é que parte a



determinação dos valores sociais. Nele é que se traçam as esferas de influência” (VIANA, 1973, vol. I, p. 66). E ainda e finalmente ao fazer a apologia do bandeirante, Viana ressalta esse dualismo, dessa vez entre as reservas de eugenismo representadas pelo bandeirante capaz de manter intactas as qualidades raciais e as mesmas camadas plebéias que “degradam-se pela corrupção, pela miséria, pela ociosidade, pela poligamia intensa, e perdem, pela mestiçagem, a pureza de sangue e de caráter” (VIANA, 1973, vol. I, p. 85). Viana atribui qualidades, ainda, ao homem rural, quais sejam a fidelidade à palavra dada, a probidade, a respeitabilidade e a independência moral (VIANA, 1973, vol. I, p. 55), mas reserva seus melhores elogios neste sentido à nobreza rural, definida como uma elite não no sentido econômico mas moral da palavra. Sobre as qualidades morais da burguesia e dos setores urbanos, nem uma palavra; estes não se enquadram no esquema proposto pelo autor.

A aristocracia rural tende à autonomia. Para Viana, “o grande domínio, tal como se vê da sua constituição no passado, é um organismo completo, perfeitamente aparelhado para uma vida autônoma” (VIANA, 1973, vol. I, p. 123). E, desse isolamento, o autor tira conclusões positivas e negativas: dele surgiu uma elite capaz de portar nossas melhores qualidades enquanto nação, o que o autor ressalta continuamente, mas dele surgiu também a tendência a sobrepor interesses pessoais a interesses nacionais e a dificuldade em criar uma sociedade coesa, já que o espírito de clã prevalece sobre valores societários. Tais valores, para se tornarem preponderantes, necessitam de se estruturar a partir de perspectivas que sejam comuns senão a toda a sociedade, pelo menos a setores e classes específicos, e é esta solidariedade gerada a partir de valores comuns que Viana afirma inexistir no Brasil. E ele enumera os valores que faltam ao homem do campo brasileiro: “a solidariedade, ou de casta, ou de classe, ou de família, ou de raça [...]. Não o ampara a solidariedade parental [...]. Não o ampara a solidariedade de classe” (VIANA, 1973, vol. I, p. 147). A sociedade brasileira, em suma, não criou valores em comum a partir dos quais possa estruturar-se e, em lugar destes, prevalecem valores ligados ao clã sob o qual articulam-se verticalmente os diferentes setores da sociedade, mesmo os mais obscuros. Segundo o autor:

No seu conjunto, esses elementos obscuros e os elementos visíveis, a porção militante e a porção pacífica, formam e completam



o clã rural, isto é, o grupo social que se constitui, desde o primeiro século, nos campos, em torno e sob a direção suprema do grande proprietário de terras [...]. O que impele a nossa população inferior dos campos a congregar-se sob os senhores territoriais é a necessidade de defesa contra a anarquia branca, dominando, de alto a baixo, desde os primeiros séculos, toda a sociedade rural. (VIANA, 1973, vol. I, p. 138)

A criação de uma consciência coletiva não é, porém, função da população como um todo, e sim das elites; a elas cabe organizar-se e, com isto, dar ao país uma organização política adequada. Ao povo cabe, necessariamente, um papel meramente passivo. Para Viana, “a realização de um grande ideal nunca é obra coletiva de massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele peleja e que, quando vitoriosa, lhe dá realidade e lhe assegura a execução” (VIANA, 1939, p. 87). É fundamental termos em mente, portanto, que, quando o autor refere-se à criação de uma consciência coletiva, trata-se da criação de uma consciência das elites, que é o que falta ao país. O restante da população permanece alijado desse processo, por incompatibilidade natural. Viana toma o sertanejo como símbolo dessa incompatibilidade. Para ele, “o sertanejo do Nordeste é um exemplo típico do homem que, pela peculiaridade da sua formação histórica e social, não adquiriu, nem podia adquirir vida democrática. [...] ao sertanejo do Nordeste, falta quase inteiramente o senso da vida pública” (VIANA, 1942, p. 148-150).

De qualquer forma, Viana critica as elites exatamente por não cumprirem esse papel. A crítica de Viana às elites é herdeira da obra de Euclides da Cunha, Manoel Bonfim e Alberto Torres e influenciaria toda uma corrente de pensamento marcadamente nacionalista: Guerreiro Ramos, por exemplo, assinalaria, nos anos 50, que “a obra de Oliveira Viana, na parte que diz respeito à crítica de nossas elites, é certamente, o máximo de objetividade que, até agora, os estudos sociológicos atingiram, entre nós” (RAMOS, 1957, p. 52).

A estruturação da sociedade a partir de interesses particulares significou um obstáculo ao desenvolvimento da esfera pública. O poder público não age, no Brasil, de forma organizadora e sim reativa. Para ele,



entre nós, o poder público tem uma marcha mais demorada do que a massa social, cujos movimentos cabe a ele incumbir e dirigir. Há uma visibilíssima discordância, ainda hoje subsistente, entre a área demográfica e a área política, entre a área da população e o campo de eficiência da autoridade política. (VIANA, 1973, vol. I, p. 186)

E é esse vácuo de poder que passa a ser preenchido pelo poder particular que, por outro lado, ao se estruturar praticamente sem concorrentes, ocupa o espaço de atuação do poder público e impede-o de se organizar de forma orgânica e consistente. Este, contudo, não assistiu passivamente ao desenrolar desse processo e buscou reagir, visando atingir dois objetivos mencionados pelo autor, quais sejam, “aproximar dos caudilhos a autoridade política; centralizar num poder supremo todos os órgãos do governo da colônia” (VIANA, 1973, vol. I, p. 196).

Iniciado ainda durante o período colonial, esse processo de reação do poder público consumou-se com a centralização política promovida durante o Império, consumação que Viana considera benéfica por ter efetivado “a hegemonia do poder público que se constitui, o sinal evidente da sua preponderância sobre o poder doméstico, o poder pessoal, o poder privado do indivíduo, da família e do clã” (VIANA, 1973, vol. I, p. 200). E eficaz na medida em que logrou “estabelecer um absolutismo de fato sob a máscara vistosa do regime parlamentar” (VIANA, 1973, vol. I, p. 225). Em síntese, Viana defende e elogia um processo de centralização política que ele mesmo reconhece ser contrário às tendências que formatam a identidade nacional, já que “nossos instintos irredutíveis de caudilhagem local” favorecem a dispersão, a dissociação e a opção por interesses centrífugos e “esta é, em suma, a tendência incoercível das nossas gentes do norte e do sul, todas as vezes que adquirem a liberdade da sua própria direção” (VIANA, 1973, vol. I, p. 200).

Ao mesmo tempo, o fato de serem estas as características básicas da identidade nacional e de ser o caudilhismo o regime político de acordo com esta identidade reforça a necessidade de adoção de um regime autoritário, capaz de contrapor-se à formação nacional. É plenamente possível concluirmos, a partir das premissas expostas por Viana, dado que “entre nós, liberalismo significa, praticamente e de fato, nada mais do que caudilhismo local ou provincial” (VIANA, 1973, vol. I, p. 221), ser o liberalismo de cunho federalista e não a centralização autoritária o



regime mais de acordo com nossa identidade (mas não o mais adequado ao nosso futuro enquanto nação).

Implicitamente, Viana reconhece essa contradição ao acentuar que “todas as vezes que tentamos realizar a emancipação dos nossos núcleos locais, essa emancipação degenera sempre no centrifugismo, no isolamento, na revivência das antigas patriarquias locais” (VIANA, 1973, vol. I, p. 241). Qualquer poder central que queira se efetivar deve, portanto, impor-se autoritariamente à identidade nacional e não se adequar a ela.

Há, por outro lado, uma maneira brasileira de colocar o problema da democracia, que não se pode confundir com as maneiras francesa e americana. Lá, o problema político é o voto, e aqui é a “organização das fontes de opinião”, ou seja, a criação de uma “consciência coletiva” que, se está consolidada no Ocidente, ainda inexiste no Brasil (VIANA, 1939, p. xiv). Também a crença em eleições é vista como um preconceito. Eleições, para Viana, são secundárias e descartáveis; não são elas que caracterizam um regime democrático, que pode se constituir sem elas. Para ele, “o que é principal numa democracia é a existência de uma opinião organizada” (VIANA, 1939, p. 232).

A democracia, para Viana, pressupõe a existência de uma sociedade baseada no indivíduo e que valorize, acima de tudo, a ação individual, mas a sociedade brasileira alicerça-se em princípios opostos, ou seja, na valorização do clã. Não se trata, portanto, de criarmos um regime democrático baseado no indivíduo, no qual o indivíduo é um elemento subordinado: todas as tentativas que caminharam nesse sentido fracassaram, o que leva o autor a concluir:

Todo idealizador de reformas políticas e constitucionais em nosso país, que se recuse a levar em conta o nosso espírito de clã, como um fator de perturbação no funcionamento de qualquer mecanismo político, terá construído um sistema fatalmente condenado a ser desvirtuado ou, mesmo, a fracassar. (VIANA, 1939, p. 69)

O pensamento autoritário de Viana é estruturado a partir de sua enfática defesa do corporativismo, e o corporativismo é visto por ele como um instrumento de consolidação da identidade nacional. A superação do caráter inorgânico da organização sociopolítica brasileira para o autor passa, como acentua Bresciani, pela formação de elites aptas a governar



e pelo fortalecimento da solidariedade trabalhista por meio da adoção do corporativismo (BRESCIANI, 1996, p. 126). A partir dele, “a disciplina unitária de todas as nossas forças econômicas, que este regime pressupõe, irá desintegrando, progressivamente, todos os ‘velhos’ complexos, ainda subsistentes, do nosso espírito provincial e, conseqüentemente, consolidando a unidade moral da nação” (VIANA, 1938, p. 17). Aqui, ainda, Viana abandona um certo pessimismo que lhe é comum ao abordar a sociedade brasileira (apenas a ação estatal é, para ele, fator de otimismo) e reconhece sua surpresa perante a existência de um direito costumeiro a regular a vida dos trabalhadores, especialmente em suas relações com os patrões (MORAES FILHO, 1978, p. 219). Vista de perto – e Viana trabalhou longos anos na área do direito trabalhista, o que lhe permitiu um amplo contato empírico com a realidade – parece concluir ele: esta sociedade não é tão anômica assim.

Se a realidade nacional parece estar sempre nas antípodas de uma realidade desejada, o mesmo não ocorre com o sindicalismo, já que Viana define o sindicalismo brasileiro como corporativo, cristão, isento de qualquer intenção reformista e alheio a qualquer luta de classes. Mantém-se rigorosamente distante de qualquer partido político e estrutura-se de forma a agir como instrumento de integração social e construção nacional (ERICKSON, 1979, p. 51). Aqui, realidade e ideal casam-se perfeitamente e, independentemente de corresponder ou não aos fatos, tal descrição corresponde à ideologia de Viana e explica-a.

O corporativismo visa suprir, ainda, uma ausência básica no Brasil, onde existem classes, mas não há consciência de classe. Viana distingue a existência, no Brasil, de uma classe agrícola, uma classe industrial, uma classe comercial e uma classe operária, mas “todas essas classes vivem em estado de semiconsciência dos seus próprios direitos e dos seus próprios interesses e de absoluta inconsciência da sua própria força. São classes dissociadas, de tipo amorfo e inorgânico, em estado de desintegração profunda” (VIANA, 1939, p. 99).

Para Viana, essa chamada “ausência do espírito de associação” não pode ser resolvida por leis escritas, porque ela não é apenas um fenômeno político, e sim um processo mais profundo, cujas raízes estão na própria identidade nacional e são imunes, portanto, a regulamentos e legislações. Conclui o autor, então:



O impulso para a cooperação, para a solidariedade, para a ação coletiva se baseia em “complexos afetivos” profundos, jacentes no íntimo do subconsciente coletivo, que só a evolução histórica gera e desenvolve e que os governos não podem fazer surgir e condensar-se por meio de um fiat lux. (VIANA, 1939, p. 260-261).

Precisamos esperar, pois, que o desenvolvimento histórico encarregue-se de criar, no país, uma nova identidade, propícia, esta sim, à criação de um regime verdadeiramente democrático: a democracia, para o autor, é uma questão de identidade.

Viana recusa-se, ainda, a identificar o corporativismo com o autoritarismo. O corporativismo

não é senão o processo, que as modernas democracias estão empregando para substituir e refundir o seu clássico sistema de fontes de opinião, deslocando-as das velhas instituições partidárias, já esgotadas e inexpressivas, para as instituições profissionais e corporativas. (VIANA, 1939, p. 214)

É, portanto, um processo democrático.

O corporativismo é definido por ele como pressuposto para a adoção de um regime verdadeiramente democrático, isto é, um regime em que os cidadãos atuem não como indivíduos, e sim como “membros desta ou daquela corporação, como parcelas de um dado agrupamento, unidos pela consciência de um interesse comum – de classe” (VIANA, 1947, p. 138). Nesse regime, os partidos políticos permanecerão atuantes, mas como partidos de classes e não mais como representantes de doutrinas políticas (VIANA, 1947, p. 141).

O que Viana defende, em síntese, é uma política esvaziada de ideologias e diretamente ligada a interesses corporativos, que passam a ser vistos como pairando acima dessas ideologias. O país, para o autor, caminha rumo ao corporativismo e, nesse regime, o Parlamento tende a desempenhar um papel necessariamente secundário, com o Conselho da Economia Nacional, a ser criado, tomando o primeiro plano como órgão representativo “cercado da sua constelação de instituições técnicas, estas e aquele constituídos exclusivamente pelos representantes das agremiações profissionais e das grandes categorias econômicas” (VIANA,



1939, p. 141). Com isto, ele estará apto a desempenhar um papel que os partidos políticos em momento algum chegaram a desempenhar, uma vez que “os partidos políticos no Brasil não são organizações de interesse público, e sim, puras organizações de interesse privado” (VIANA, 1939, p. 187). Nesse contexto, o autoritarismo não pode passar, no Brasil, pela criação de um partido único, e isto porque, sendo os partidos políticos brasileiros meros representantes de oligarquias, “o Partido Único se tornaria então oligarquia única” (VIANA, 1939, p. 204), impedindo a circulação de elites.

Partidos políticos representativos necessitam de classes produtoras solidárias e organizadas em sindicatos, associações e federações e, “enquanto não conseguirmos isto, os partidos, que queiram gravitar em torno de programas e não em torno de pessoas, serão sempre puras criações artificiais, e, por isso, efêmeras” (VIANA, 1939, p. 246). Com isto, contudo, chegamos a um impasse: os partidos são artificiais e pouco representativos quando a sociedade não se mostra capaz de se organizar de forma corporativa, e desnecessários quando isto ocorre. E, principalmente, para Viana, o papel a ser desempenhado por eles nesse processo é necessariamente reduzido, já que, segundo o autor, “as classes são realidades naturais – e a sua marcha para a integração obedece às leis naturais, sobre as quais a ação consciente dos legisladores e estadistas tem uma influência muito reduzida” (VIANA, 1939, p. 263). Há, no autor, assim, uma contradição entre representação partidária – que ele não pretende meramente descartar – e representação corporativa – que tende a tornar descartáveis os partidos – e essa contradição perpassa sua obra, sem resolução.

A adoção do corporativismo leva ao “movimento da substituição progressiva da competência parlamentar pela competência técnica” (VIANA, 1947, p. 226). A adoção estrita dessa competência técnica defendida pelo autor tende, em última análise, ainda, a tornar descartável a própria personalização autoritária do poder também defendida por ele, já que esta não tem como pressuposto a competência técnica. Como a evolução política nacional caminha, segundo Viana, no sentido da centralização política e do fortalecimento do Executivo, com a conseqüente personalização do poder (VIANA, 1938, p. 329), criam-se, dessa forma, agentes políticos que se contradizem: uma tecnocracia que tende a assumir



responsabilidades antes delegadas à esfera partidária e um poder pessoal baseado no carisma e não na capacidade técnica de gestão.

O corporativismo é visto por Viana, ainda, como uma forma de fazer prevalecer interesses de classes em uma sociedade onde tais interesses nunca lograram alcançar a supremacia. As relações sociais, no Brasil, não se dão entre membros de diferentes classes sociais e estas não conseguem fazer impor seus valores aos valores familiares, essencialmente anticapitalistas. Para Viana, “nós somos o latifúndio. Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente antiurbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor” (VIANA, 1973, vol. I, p. 153). Viana conclui, então, ser o latifúndio “o grande medalhador da sociedade e do temperamento nacional” (VIANA, 1973, vol. I, p. 58).

E, principalmente, o predomínio do latifúndio impediu a disseminação da pequena propriedade e, com isto, impediu o surgimento de uma opinião pública organizada, esteio indispensável da democracia para Viana, que identifica seu surgimento com a formação de uma classe média que, na sua opinião, apenas nasceria – e não nasceu – com a disseminação da pequena propriedade. Para ele:

Só da vitalidade dos pequenos domínios, da multiplicidade deles, da solidariedade deles, resultaria a constituição, entre nós, de uma classe média forte, abastada, independente, prestigiosa, com capacidade para exercer, defronte da grande propriedade, a ação admirável dos yeomen saxônios ou dos burgueses da Idade Média. (VIANA, 1973, vol. I, p. 134)

Uma classe média, enfim, capaz de romper a dualidade, fatal para a democracia, entre uma população dispersa e inerme politicamente e uma elite centrada em seus interesses. E assim, para ele,

essa simplificação de estrutura da sociedade rural é acentuada por uma das falhas mais graves da nossa organização coletiva: a inexistência de uma classe média, no sentido europeu da expressão. É principalmente na pequena propriedade rural, florescente e



progressiva, que essa classe tem a melhor base. (VIANA, 1973, vol. I, p. 131)

Por outro lado, temos um povo, mas não temos uma sociedade estruturada. Segundo o autor,

somos um povo, que, por motivos particulares à nossa evolução, não temos, no quadro das nossas classes sociais, uma classe média à maneira européia, nem as classes existentes, populares ou dirigentes, possuem a coerência, a integração, a unidade das classes correspondentes nos grandes povos civilizados. (VIANA, 1938, p. 49)

Dessa forma, e em síntese, a tibieza da formação estatal e o caráter disperso e ganglionar da formação social brasileira fazem com que a população busque guarida na estrutura clânica, que tem o senhor de terras como líder incontestável. Ao mesmo tempo em que as elites rurais passam a exercer seu domínio sobre uma população que delas depende e nelas confia, a manutenção desse processo mantém e reforça a dispersão social e impede que o Estado exerça de forma plena seu poder, uma vez que as elites rurais assumem o que seriam suas funções e prerrogativas.

A relação entre o senhor rural e a população não deriva, finalmente, de qualquer personalismo: nem seu seguidor escolhe-o espontaneamente, nem o senhor rural depende de seu carisma para se impor. Segundo Viana, “impõem-se à massa pelo tamanho dos latifúndios, ou pelas tradições locais de família. O povo, a massa, os aceita; não os escolhe” (VIANA, 1973, vol. II, p. 133).

Apenas em Introdução à História Social da economia pré-capitalista no Brasil, Viana dedica-se a uma análise mais teórica das elites. É ali que ele define o padrão histórico a partir do qual vai estudá-las. São, segundo ele, “as elites (ou nobreza) da França do Ancien Régime e as de Portugal do Ciclo dos Descobrimentos que iremos tomar como padrão desta admirável cultura pré-capitalista cujas instituições, tipos e costumes ainda permanecem entre os povos latinos do mundo, inclusive o nosso” (VIANA, 1958, p. 13). A nobreza nacional tomou como padrão e derivou não do guerreiro da Reconquista, mas do fidalgo, do cortesão e preza, acima de tudo, a fidalguia. Segundo ele:



No nosso subconsciente coletivo, este modelo é que nos ficou radicado; ele é que constantemente nos inspira em toda a história colonial, em toda a nossa história imperial e, ainda, nos inspira mesmo nesta fase de industrialização progressiva, em que nos vemos orientando sob a ação dos padrões popularizados pela nova civilização mercantilista e industrialista. (VIANA, 1958, p. 40)

A identidade nacional é alicerçada em padrões de comportamento anticapitalistas e foi essa a mentalidade aristocrática: uma mentalidade na qual o dinheiro era visto como algo sujo, a antítese mesmo da nobreza. Lembra Viana: “O nobre o considerava sujo; as suas mãos não estariam limpas se tocassem no dinheiro, se se maculassem com o seu azinhavre; não fazer passar por elas nada que representasse dinheiro ou proveito expresso ou concretizado nele – eis o timbre da verdadeira nobreza” (VIANA, 1958, p. 135). Viana registra a inversão desse processo a partir da adoção do mercantilismo, mas acentua a existência de restos dessa mentalidade (VIANA, 1958, p. 144).

Sendo um nostálgico de tradições passadas, ao mesmo tempo em que faz o elogio da tradição, Viana constata e lamenta sua ausência entre nós. Políticos das “velhas nações organizadas” têm tradições que

São para eles uma espécie de código moral, de cujas regras não se afastam nunca e a que obedecem por uma espécie de escrúpulo subconsciente e instintivo. Daí resulta que esses homens, na sua conduta política, no seu trabalho de defesa do grupo, na sua luta com os grupos opostos, nunca chegam a abrir um conflito flagrante entre os seus interesses partidários e os grandes interesses nacionais. (VIANA, 1942, p. 131)

Tais tradições, por inexistirem no Brasil, precisam de um sucedâneo que apenas um regime autoritário pode criar, já que regimes democráticos necessitam exatamente dessas tradições para prosperar. Tradicionalista, Viana constata a fragilidade, senão a inexistência, de tradições políticas e defende um regime que supra essa ausência. Ao mesmo tempo, a criação de um novo regime político não pode fazer-se ao largo da tradição e deve, mesmo, tomá-la como elemento imprescindível. Trata-se não de romper a continuidade histórica e renegar o passado, mas cultuá-lo. O novo, em Viana, depende do velho para alcançar continuidade e “todos



os povos como que se voltam sobre si mesmos, procurando, nas suas tradições e na sua história, o segredo da sua força, o sentimento da sua unidade, a revelação do seu futuro” (VIANA, 1939, p. 349).

Viana não utiliza o conceito de identidade nacional, mas sua obra gira em torno dela, e a preocupação em conceitualizá-la é uma constante. E o que seria, afinal, identidade nacional, para o autor? Ele define-a como um “complexo que nasce da lenta acumulação de mil causas obscuras, desde as vicissitudes históricas de cada grupo humano às qualidades dos elementos étnicos que colaboram na sua formação” (VIANA, 1938, p. 50).

Nacionalismo e análise da identidade nacional, em Viana, confundem-se. O nacionalismo do autor torna-se uma questão de método, e ele proclama: “o meu ponto de partida é a nossa gente, o nosso homem, a nossa terra, isto é o quadro das realidades sociais e naturais, que nos cerca e em que vivemos” (VIANA, 1942, p. 9).

Viana parte do debate sobre a identidade nacional para formular sua metodologia: tal debate forma o núcleo de seu método. Se outros autores (e Sílvio Romero e os positivistas são mencionados) partem, na opinião do autor, de leis gerais formuladas por Comte, ou Haeckel, ou quem seja, para subordinar a formação nacional ao escopo dessas leis, Viana busca inverter esse processo. Para ele, “o mais sábio caminho seria tomar para ponto de partida o nosso povo e estudar a gênese e as leis da própria evolução. Se estas coincidissem com as supostas leis gerais, tanto melhor para a ciência e para nós; senão, ficaríamos, pelo menos ‘conhecendo-nos a nós mesmos’” (VIANA, 1938, p. 43). É a partir do conhecimento das leis específicas que regem a formação nacional, ou seja, a partir do conhecimento da própria identidade brasileira – e Viana toma como pressuposto, assim como Freyre, a especificidade dessas leis e dessa identidade – que teremos condições de oferecer uma contribuição original à ciência. A partir dela:

Prepararíamos, por um lado, elementos para a futura síntese geral, concorrendo assim com o nosso esforço para a obra comum da ciência; e, por outro lado, com o conhecimento integral das leis que presidem a nossa formação, prepararíamos as bases de uma política objetiva e experimental, de uma política orgânica, induzida das condições específicas da nossa estrutura social e da nossa mentalidade coletiva. (VIANA, 1938, p. 44)



É o estudo dessa identidade que ainda não foi feito e é sua análise, segundo ele, que está ausente das obras publicadas até então: nelas “nem o meio cósmico, com o seu poderoso determinismo, nem o povo, que é, afinal, o verdadeiro criador dela” (VIANA, 1938, p. 56) encontram-se presentes.

Para o autor, a ação da identidade nacional tende, sempre, a predominar sobre influxos externos:

Esta é incoercível e acaba por revelar-se na resultante das forças que determinam a evolução de cada grupo. É preciso não perder de vista nunca este fato e convencer-mos que são eles, estes agentes locais, que terão sempre, nos destinos das instituições importadas e das idéias imitadas, a palavra final e definitiva. (VIANA, 1938, p. 48)

Viana rompe com a concepção homogênea da identidade nacional até então imperante ao distinguir a existência não mais de um tipo nacional, mas de tipos nacionais distintos e, em alguns aspectos, antagônicos (PAIM & BARROS, 1982, p. 119). Não há, no Brasil, uma identidade uniforme; cabe, à ação estatal, criá-la. Há, no país, uma série de grupos com sensibilidades e idéias específicas que conferem ao tipo psicológico nacional uma enorme variedade, “de maneira que, na sua totalidade, a massa nacional se move segundo um conjunto de forças muito complexas, nem sempre convergentes e harmonizadas” (VIANA, 1938, p. 183).

Assim como Freyre, mas de forma pioneira em relação a este, Viana tende a fixar identidades regionais que constroem-se paralelamente à identidade nacional, sejam paulistas, gaúchas ou sertanejas. É importante lembrar, contudo, que as identidades gaúcha e paulista são situadas regionalmente e identificadas com os valores próprios às elites, enquanto o sertanejo carece de uma localização regional mais precisa e surge como o pólo oposto na permanente dualidade elites–população. Dos paulistas, por exemplo, é ressaltada a capacidade empreendedora (VIANA, 1973, vol. II, p. 68) e, dos gaúchos, a capacidade para a organização militar. Segundo ele, “é um traço curiosíssimo e mostra a fixidez dos caracteres culturais do grupo gaúcho, caracteres tão peculiares e diferenciados como, aliás, os da gente sertaneja” (VIANA, 1973, vol. II, p. 136).



Caracteriza a sociedade gaúcha, por exemplo e em oposição à identidade nacional, seu caráter democrático. Aqui rompe-se o dualismo que caracteriza a sociedade brasileira, e ele é o primeiro a assinalar esse rompimento, salientando o “espírito de democracia que tão largamente domina a vida daquela população pastoril” (VIANA, 1973, vol. II, p. 201). e comparando-o com as distâncias sociais que caracterizam a sociedade rural nas demais regiões do país.

A identidade nacional é rural: “o brasileiro, entregue aos seus pendores e instintos, é antes de tudo um homem do campo. [...] entre proletários rurais e grandes senhores de terra, que formam a base antropológica e social da nacionalidade, o nosso caracter guarda o timbre, a pureza e a tèmpera primitivas” (VIANA, 1942, p. 19-21). O morador do meio urbano não tem uma identidade própria. Segundo Viana,

quanto aos “tipos urbanos”, apesar do brilho que possam ostentar, não passam, afinal, depois de bem analisados, de reflexos ou variantes do meio rural, a que pertencem – variantes do sertanejo, variantes do gaúcho, variantes do matuto (VIANA, 1973, vol. I, p. 16).

Comparando, então, a “sedução rural” com a “profunda anemia dos centros urbanos”, Viana identifica o que considera um traço fundamental da psicologia nacional: “pelos costumes, pelas maneiras, em suma, pela feição mais íntima do seu caráter, o brasileiro é sempre, sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo, à maneira antiga” (VIANA, 1973, vol. I, p. 40). A vida urbana é, então, uma novidade ainda alheia à identidade nacional. Segundo ele,

o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. (VIANA, 1938, p. 63)

Nesse contexto, a Abolição desempenhou um papel que Viana define, mais de uma vez, como essencialmente negativo. Ela arruinou as elites rurais – as fiéis depositárias da identidade nacional – e acelerou um processo de urbanização alheio a essa própria identidade.



Viana não faz a apologia da escravidão, mas condena – se não sua abolição – pelo menos as consequências dessa abolição. A partir dela, “todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham, desde essa data, completamente quebradas e desviadas” (VIANA, 1973, vol. I, p. 18). E se ele não é um defensor da escravidão – como de resto nenhum antiaboliconista o foi, já que sempre foi justificada a necessidade da escravidão, mas nunca foi feito seu elogio –, ele é, porém, um crítico contumaz da abolição tal como foi feita, como Freyre também o é. Viana nega a existência de qualquer razão interna que levasse à abolição, definindo o aboliconismo como um movimento de origem exógena (VIANA, 1990, p. 63).

Viana lamenta o desaparecimento, a partir da Proclamação da República e da Abolição, principalmente a partir desta, de uma elite política dominante durante o Império e constituída pelos “nossos grandes proprietários do interior, os senhores de vastos engenhos, os nossos ricos e poderosos landlords” (VIANA, 1942, p. 102). Apenas essa elite conseguiria fazer do povo um ator político e, destruída que foi pela Abolição, restou ao povo acomodar-se à inércia e à indiferença política que o caracteriza. Trata-se, mais uma vez, de uma questão de formação de elites capazes de conferir vitalidade ao processo político.

É preciso não rotular Viana, contudo, como um puro e simples crítico da modernidade. A criação e a manutenção de um poder centralizado dependem do processo de modernização nacional, e modernização, para o autor, é sinônimo de povoamento. Um país pouco povoado, “de baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar” tende ao federalismo “como recurso único para manter a integridade do país” (VIANA, 1938, p. 332). Retoma-se, em outros termos, a apologia da marcha para o Oeste, tomada como condição para a existência de um poder centralizado capaz de sobrepor-se à dispersão regional. A existência de tal poder, por sua vez, é vista como condição indispensável para que esse processo de modernização se desenvolva e consolide.

Finalmente, a análise da questão racial não pode ser vista como mero anacronismo ou como aspecto secundário da obra de Viana, sendo, pelo contrário, fundamental para a sua compreensão e da própria ideologia autoritária. Ela faz parte do método do autor e fundamenta sua perspectiva histórica. Em prefácio à segunda edição de *Evolução do povo brasileiro*, publicada em 1938, Viana afirma, por exemplo, ter a questão da raça



germânica já saído de seu horizonte de preocupações, mas acentua como novos problemas a serem investigados “o das seleções telúricas, o da aclimação, o da seleção eugênica da imigração, o da assimilação, o dos cruzamentos, o da psicologia diferencial dos tipos antropológicos” (VIANA, 1938, p. 11). A raça continua, portanto, a fazer parte do núcleo de seu pensamento. O método proposto pelo autor caracteriza-se, contudo, pela pluricausalidade: para ele “não há atualmente monocausalistas em ciências sociais” (VIANA, 1938, p. 35) e fatores étnicos devem ser analisados não de forma isolada, mas sim dentro de um complexo de fatores de toda ordem que atuam de forma conjunta.

O liberalismo não adapta-se à formação racial do brasileiro: este é definido como congenitamente antiliberal e

foi justamente por não terem dado nenhuma importância à ação desse poderoso modificador sociológico que o parlamentarismo inglês e o presidencialismo americano não puderam realizar nunca o “sonho” dos que o sonharam nesta terra. (VIANA, 1947, p. 56)

Excluído o liberalismo, trata-se de criarmos um regime político compatível com essa formação racial e que, “permitindo a revelação de todas as boas qualidades da raça (e as temos primorosas), nos desse meios de reduzir, ao mínimo, a influência nociva dos maus governos, dos maus chefes, dos maus políticos e dos maus cidadãos” (VIANA, 1947, p. 37). Não se trata, portanto, de uma concepção pessimista, já que ele não busca conciliar a política com as características de uma raça inferior, e sim de saber aproveitar as qualidades raciais do brasileiro, embora Viana não se preocupe em mencionar quais seriam essas qualidades.

Viana ressalta a importância da miscigenação. O que caracteriza a formação racial brasileira, contudo, não é apenas a mestiçagem, mas o fato de ela ter se originado a partir de um “caos étnico” (VIANA, 1938, p. 155), o fato de ter se dado entre raças inteiramente distintas, duas das quais, segundo ele, exóticas (VIANA, 1938, p. 139) e uma das quais, exatamente a superior na hierarquia racial por ele estabelecida, de origem germânica, origem esta que explica o caráter expansionista de nossas elites, já que

os bracóides peninsulares, de raça céltica, ou os dolicoídes, de raça ibérica, de hábitos sedentários e de índole pacífica, não parece



que lhes pudessem ter dado nem essa mobilidade, nem essa belicosidade, nem esse espírito de aventura e conquista. (VIANA, 1938, p. 148)

A estratificação social do país deriva de sua estratificação racial – duas raças tidas como exóticas e uma raça reputada como superior – e é por ela justificada. Diferenças políticas, em suma, nascem das diferenças entre as raças inferiores e as superiores: “esta gera os senhores; aquelas os servidores. Esta as oligarquias dirigentes: aquelas, as maiorias passivas e abdicatórias” (VIANA, 1938, p. 173). Nesse contexto, ainda, todo e qualquer elemento de civilização é mérito da raça branca: “esta é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes, que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor” (VIANA, 1938, p. 178). Ao mesmo tempo, e diferentemente de Gilberto Freyre, Viana recusa a existência de um tipo étnico nacional, devido mesmo à diversidade dos tipos raciais que nos constituem e à “impossibilidade de enfeixá-los, no ponto de vista da antropologia e da etnologia, num tipo único e nacional” (VIANA, 1938, p. 158).

O brasileiro torna-se mais caboclo, mais sertanejo, à medida que avança para o interior e, em relação ao caboclo, “o colorido indicativo do seu coeficiente na massa da nossa população” (VIANA, 1938, p. 163) atinge o seu máximo exatamente na Amazônia, ou seja, no mais profundo de nosso interior.

Aqui, Viana está seguindo as pegadas de Euclides da Cunha na rota rumo ao sertão, em busca de uma identidade que tende a se descaracterizar no litoral, já que também Euclides narra como os sertanejos nordestinos povoaram a Amazônia e “estadearam triunfalmente a sua robustez e a sua esplêndida coragem de rija sub-raça já constituída” (CUNHA, 1975, p. 65). Apenas não encontramos, em Viana, a contraditória admiração de Euclides pelo sertanejo.

Ao contrário de Freyre, Viana é cético quanto às consequências da mestiçagem e está longe de fazer sua apologia. Para ele, “na sua maioria, os mestiços ficam abaixo do tipo superior de que provêm” (VIANA, 1938, p. 180) e “o elemento mestiço, que prepondera na plebe rural, não prima de modo algum pela respeitabilidade” (VIANA, 1973, vol. I, p. 57).



Assim como Freyre, contudo, Viana define o latifúndio como elemento definidor da formação racial brasileira – uma formação que tem na mestiçagem seu alicerce. Para ele:

Os mestiços são, pois, um produto histórico dos latifúndios. Servir de campo de cruzamento, de centro integralizador de três raças distintíssimas, é a segunda função social do domínio rural. Essa função é uma das maiores da nossa história – porque nela está a gênese e a formação da própria nacionalidade. (VIANA, 1973, vol. I, p. 76)

Viana e Freyre concordam, portanto, na importância da mestiçagem na formação da constituição racial brasileira e no papel do latifúndio como laboratório racial, mas discordam na avaliação das consequências desse processo.

Também ao contrário de Freyre, Viana nega a existência, no Brasil, de um tipo racial definido. Para ele,

o tipo antropológico do brasileiro só poderá surgir com a sua definitiva caracterização depois de uma lenta elaboração histórica, quando o trabalho de fusão das três raças originárias se tiver completado e as seleções étnicas e naturais tiverem ultimado a sua obra simplificadora e unificadora. (VIANA, 1938, p. 191)

Se não temos um tipo racial definido, contudo, é possível, para Viana, apontar tendências e destaca-se, entre estas, a “tendência arianizante das nossas seleções sociais e étnicas” (VIANA, 1938, p. 202), tendência fortalecida pelo movimento migratório e considerada, pelo autor, indispensável para a melhoria racial do brasileiro, ou seja, para o aumento do “teor ariano do nosso sangue” (VIANA, 1938, p. 197). Freyre e Viana são, em relação a esse tópico, antípodas: o primeiro fazendo a apologia da mestiçagem; o segundo defendendo o processo de branqueamento como inevitável e necessário.

A ascensão social do mestiço depende de seu processo de arianização e é correlato a ele, ou seja, os mestiços ascendem à medida que se arianizam e abandonam sua “mentalidade mestiça” (VIANA, 1973, vol. I, p. 114). Isto, na hierarquia racial proposta pelo autor, no caso do mestiço superior, já que para o mestiço inferior, não há salvação. Segundo Viana,



na ordem moral ou intelectual, na ordem legal ou política, na ordem econômica ou social, ele é sempre, por exigências da própria psicofisiologia, um excessivo, um instável, um irregular, um descontínuo, um subversivo. (VIANA, 1973, vol. I, p. 173)

É importante assinalar, finalmente que, se Viana postula a existência de uma hierarquia racial na qual o ariano constitui a elite, tal hierarquia, segundo ele, nunca se expressou, no Brasil, na forma de preconceitos ou conflitos raciais. Para ele,

nunca tivemos aristocracia de raças. Pelo contrário, o nosso povo caldeia-se e funde-se sem lutas étnicas flagrantes. Mistura cedo o sangue latino e o sangue bárbaro do índio e do negro. Na vida das fazendas, nossa bondade natural adoça o trato dos escravos. (VIANA, 1973, vol. I, p. 264)

E quem, afinal, é o ariano no Brasil? Quem, na obra de Viana, faz as vezes de tipo racial superior? Evidentemente, o português, mas, aqui, determinantes históricos atuam junto com determinantes raciais. A grande propriedade torna-se um imperativo para o português acostumado, até então, à pequena propriedade. A partir daí, ela cria um novo homem basicamente diferente do europeu, mas, fundamentalmente, ainda, um ariano (ODÁLIA, 1976, p. 36). Mas o homem branco, no Brasil, sofreu diferenciações regionais. Segundo ele,

o tipo antropológico dos nossos impetuosos campeadores do sul não podia deixar de revelar [...] esses atributos superiores de raça, de compleição e de estatura. [...] tudo indica no gaúcho de outrora, como no gaúcho de hoje, o homem dotado de uma plethora de vida, um equilibrado, um forte – um eugênico, enfim. (VIANA, 1973, vol. II, p. 224.5)

Finalmente, em *Raça e assimilação*, Viana torna clara sua posição quanto à questão racial. Afirmar não ser “de modo algum partidário da igualdade das raças” (VIANA, 1959, p. 177), sendo, antes, um firme defensor da inferioridade da raça negra, embora tenha o cuidado de afirmar que essa inferioridade deve ser ressaltada tendo em vista a raça como um todo, ou como ele afirma: “dizer, portanto, que todo negro é estúpido é



tão absurdo como seria dizer que todo branco é inteligente”. Para comprovar essa inferioridade, de qualquer forma, Viana ressalta o que considera dois fatores, quais sejam, o menor índice percentual de inteligência entre os negros em relação aos brancos, o que cria uma desigualdade que “se reflete na desigualdade da riqueza eugenística das suas elites respectivas” (VIANA, 1959, p. 196), e o fato, segundo o autor, de o negro puro não ter sido

Nunca, pelo menos dentro do campo histórico em que o conhecemos, um criador de civilizações. [...] a conclusão a tirar é que, até agora, a civilização tem sido apanágio de outras raças que não a raça negra; e que para que os negros possam exercer um papel civilizador qualquer, faz-se preciso que eles se caldeiem com outras raças, especialmente com as raças arianas ou semitas. Isto é, que percam sua pureza. (VIANA, 1959, p. 206)

Viana já não é partidário do determinismo racial de um Euclides ou de um Nina Rodrigues, mas ainda guarda um pessimismo quanto à questão racial que só seria superado a partir de Gilberto Freyre. Skidmore define Viana, acertadamente, como figura de transição entre as teorias raciais predominantes antes de 1914 e o que chama de “filosofia social de fundo ambientalista predominante depois de 1930” (SKIDMORE, 1976, p. 222), referindo-se, evidentemente, à obra de Freyre.

Retomando a questão inicial cabe, finalmente, a pergunta: a forma como Viana se define politicamente é, enfim, coerente? Não há porque discordarmos dele quanto a seu antifederalismo e antiparlamentarismo. Já o caráter antiliberal e antidemocrático de sua obra é mais complexo: apesar de propor, a partir dos anos 30, a substituição da democracia representativa pelo corporativismo, fica claro, em toda sua obra, um tom de lamento quanto à inexistência das características políticas e sociais que tornariam possível a adoção de um regime liberal no Brasil. Essa constatação levou-o, é claro, ao autoritarismo, mas tornou-o, também, um nostálgico de um liberalismo que, por inviável, segundo ele, nunca chegou a prevalecer no país. E quanto a seu aspecto antidemocrático, não vejo por que suspeitarmos de Viana quando ele se afirma um democrata: essa crença é sincera; apenas a democracia corporativa por ele defendida é hoje englobada – acertadamente – em uma concepção de autoritarismo. Mas as concepções, como os tempos, mudaram.



Abstract

The text takes as study object the thought politician, sociological and historical of Oliveira Viana, from the reading of its main texts. Part of the estimated one placed by the proper author who if considers a democrat to demonstrate as the authoritarian ideology is based on its workmanship for the analysis of the process of national formation and as the identity concepts and a race plays central role in its thought, also in the construction of such ideology.

Key words: Race; Ideology; National Identity.

Referências

BRESCIANI, Maria Stella M. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana, cientista social. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SILVA, Sérgio. História econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

CUNHA, Euclides da. Contrastes e confrontos. São Paulo/Brasília: Cultrix/INL, 1975.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1981, tomo. III, v. III

ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

HEGEL, G. W. F. Estética. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

IANNI, Octávio. A idéia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1994

MORAES FILHO, Evaristo. O problema do sindicato único no Brasil (seus fundamentos sociológicos). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

ODÁLIA, Nilo. Formas do pensamento historiográfico brasileiro. Anais de História, ano VIII, São Paulo, 1976.

_____. A economia e o pensamento historiográfico de Oliveira Viana. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SILVA, Sérgio. História econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

PAIM, Antônio & BARROS, Reynaldo. Correntes e temas políticos contemporâneos. In: Curso de introdução ao pensamento político brasileiro. Brasília: Editora da UNB, 1982

RAMOS, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil. São Paulo: Nacional, 1976, v. II, tomo 2.



- SCHWARTZMAN, Simon. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo: Difel, 1975.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- VIANA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. São Paulo: Nacional, 1938.
- _____. O idealismo da constituição. São Paulo: Nacional, 1939.
- _____. Pequenos estudos de psychologia social. São Paulo: Nacional, 1942.
- _____. Problemas de política objetiva. São Paulo: Nacional, 1947.
- _____. Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- _____. Raça e assimilação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- _____. Populações meridionais do Brasil- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- _____. Instituições políticas brasileiras. Belo Horizonte/Rio de Janeiro/São Paulo: Itatiaia/Eduff/Edusp, 1987.
- _____. O ocaso do Império. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990.

